
REPENSANDO A INFÂNCIA, COM BOURDIEU

RETHINKING CHILDHOOD, WITH BOURDIEU

REPENSAR LA INFANCIA, CON BOURDIEU

*Leena Alanen**

Resumo: Leena Alanen é um dos principais nomes da Sociologia da Infância de Língua Inglesa. Seu pensamento sustenta a Sociologia da Infância Estrutural-relacional e traz para o debate conceitos e ideias desenvolvidas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, para o qual as gerações não se definem apenas em termos de idade, mas dependem das relações. A proposta da autora neste texto publicado em sueco em 2009 e que agora apresentamos em português ao conjunto de pesquisadores brasileiros e portugueses é reafirmar a abordagem relacional da Sociologia da Infância e trazer para o Estudo da Infância os conceitos desenvolvidos por Bourdieu, constituindo o “campo”, por exemplo, como objeto de estudo sociológico e um conceito útil também para o desenvolvimento dos Estudos Sociais das Crianças e da Infância. Para além dos elementos teóricos oferecidos pela teoria de Bourdieu, Alanen destaca a análise dos campos, das posições ocupadas por cada um de seus integrantes, bem como do papel desempenhado por eles nas disputas inerentes a cada campo como uma metodologia possível de ser estendida ao estudo das crianças e da infância, tendo em vista a compreensão das famílias, por exemplo, como um campo intergeracional.

Palavras-chave: Sociologia da infância; criança; Pierre Bourdieu.

Abstract: Leena Alanen is a major name in the Sociology of Childhood English Language. Her thinking underpins the Sociology of Childhood Structural-relational and brings the concepts and ideas developed by the French sociologist Pierre Bourdieu debate, for which generations are not defined only in terms of age but dependent relationships. The author's proposal this text published in Swedish in 2009 and now present in the set of Brazilian and Portuguese researchers is to reaffirm the relational approach to the sociology of childhood and bring to the Study of Childhood concepts developed by Bourdieu, constituting the "field" for example, as an object of sociological study and also useful for the development of Social Studies of Children and Childhood concept. In addition to the theoretical elements offered by Bourdieu's theory, Alanen analysis highlights the fields, the positions held by each of its members, as well as the role played by them in disputes inherent in each field as a possible methodology to be extended to the study children and childhood, having aimed at understanding of families, for example, as an intergenerational.

Keywords: Sociology of childhood; child; Pierre Bourdieu.

Introdução¹

Na obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu, mesmo sem uma leitura aprofundada, é possível notar como as crianças ou a infância estão

relacionadas com o tipo de análise social que ele desenvolveu. O objetivo deste artigo é ampliar a teoria sociológica de Bourdieu de modo a começar a tornar os seus conceitos (ou "ferramentas de pensamento"; BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 160) e seu distinto pensamento relacional do mundo social úteis para o avanço dos Estudos Sociais das Crianças e da Infância.

A Sociologia de Bourdieu avançou pouco nas pesquisas sociais sobre as crianças e a infância. "As crianças e o capital social" parece ser o tema principal, especialmente nas ciências sociais anglófonas. Neste contexto também o conceito de Bourdieu de capital social foi introduzido muitas vezes de forma crítica em relação às abordagens tradicionais que se originam nos EUA. Gina Morrow (1999) discute as três interpretações do Capital Social no contexto do estudo de crianças e conclui que o conceito em todos os casos é ainda mal especificado em relação às crianças. A autora observa ainda que, nas principais investigações, as crianças tendem a ser vistas em um quadro convencional de socialização, que (muito previsivelmente) leva subestimar a agência [agency] das crianças e enfatizar a influência de adultos (principalmente os pais) na vida das crianças, bem como ignorar os fatores estruturais mais amplos que impactam em suas vidas (MORROW, 1999, p. 760-761; ver também MORROW, 2001, 2006). O conceito de Bourdieu de capital social, em contraste, está inserido em uma explicação mais complexa e contextualizada das diferentes formas ou espécies de capitais: cultural, social e econômico. Sua preocupação é como essas formas diferentes de capital interagem com estruturas mais amplas e assim, reproduzem as desigualdades sociais – uma preocupação não compartilhada com a maior parte das pesquisas. Além disso, na concepção de Bourdieu, homens e mulheres são considerados como agentes que em suas atividades diárias utilizam seus recursos (capitais) e assim, reproduzem as características estruturais da sociedade em geral. Ainda que em seu trabalho Bourdieu não tenha tentado abordar as crianças como agentes, pode-se argumentar que sua concepção também permite que as crianças sejam consideradas nesta perspectiva.

Enquanto estes e alguns outros estudos marcam um importante começo na tentativa de trazer para a pesquisa da infância alguns dos conceitos e do modo de pensar de Bourdieu, uma questão mais geral precisa ser apontada sobre a maneira como Bourdieu significava seus conceitos para trabalhar com análise social. Bourdieu é bastante inflexível em sua insistência sobre como os seus conceitos-chave são internamente ligados e reciprocamente dependentes uns dos outros para a sua função e significado: "noções como *habitus*, *campo* e *capital* podem ser definidas, mas apenas dentro do sistema teórico que constituem, e não isoladamente" (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 96). Os conceitos de Bourdieu, portanto, têm sentido (significado) apenas dentro do sistema teórico que constituem e consequentemente, cada conceito vai atingir sua potência analítica completa apenas em conexão com os outros. Isso significa que não apenas seus

conceitos são relacionais, mas assim também é todo seu quadro conceitual. É claro que isso não significa necessariamente que todo o arsenal conceitual Bourdieusiano tem de ser mobilizado em qualquer estudo isolado. Em vez disso, o que parece sugerir é que a compreensão do mundo social como relacional deve ser considerado como uma condição *sine qua non* de qualquer estudo de perspectiva Bourdieusiana.

A alegação subjacente a este artigo é a de que muito mais pode ser alcançado no estudo sociológico da infância aplicando-se as "ferramentas" de pensamento de Bourdieu de forma mais ampla do que até agora tem sido feito. Isso exige, contudo, que a abordagem metodológica seja completamente relacional. Na seção principal do artigo, o conceito de campo⁴ de Bourdieu será considerado como um ponto de partida para o desenvolvimento de uma abordagem relacional (e neste caso também geracional) para o Estudo das crianças e da Infância. Um segundo argumento para a aplicação de um quadro Bourdieusiano no Estudo Social da Infância está ligado ao seu objetivo central de desenvolver uma abordagem de pesquisa social que ajude na superação das antinomias habituais da sociologia, como indivíduo e sociedade, micro versus macro análises, abordagem fenomenológica contra estrutural, e subjetivismo contra o objetivismo (ver, por exemplo, BOURDIEU, 1977, p. 3, 1990, p. 25; SWARTZ, 1997, p. 52-60). Para transcender tais polaridades, Bourdieu argumenta que a análise social precisa se deslocar de seu modo substancialista mais usual de pensar para um modo relacional. Na Sociologia da Infância, atualmente nós enfrentamos o paralelo teórico e o dilema metodológico na polaridade entre (1) micro-sociologias das crianças, que concentram suas análises diretamente nas crianças como (inter) atores em seus mundos sociais cotidianos, e (2) macro-sociologias da infância que tomam a infância como um elemento das estruturas sociais, ou uma estrutura em si mesma, com as crianças como "ocupantes de posições nestas estruturas" (ver, por exemplo, ALANEN, 2001; HENGST; ZEIHNER, 2005). O trabalho sociológico de Bourdieu pode ser usado como um modelo de pensamento para colmatar esta lacuna que atualmente dificulta o avanço teórico e metodológico no Estudo Social da Infância.

Pensando relacionalmente

O pensamento relacional é central para a visão de Bourdieu da sociologia como uma ciência e, essencialmente, todos os conceitos que ele desenvolveu são relacionais (WACQUANT, 1992, p. 19). Bourdieu incessantemente critica o que ele chama de substancialismo, ou teoria "espontânea" do conhecimento, o qual vê como um dos principais obstáculos para o desenvolvimento do conhecimento científico genuíno do mundo social (SWARTZ, 1997, p. 61). O Substancialismo designa uma epistemologia que incide sobre as realidades da experiência do senso comum e "trata as

propriedades associadas aos agentes - ocupação, idade, sexo, formação – como forças independentes das relações no interior das quais eles atuam" (BOURDIEU, 1984, p.22). O Substancialismo está "disposto a tratar as atividades e preferências específicas de determinados indivíduos ou grupos de uma sociedade em um determinado momento, como se fossem propriedades substanciais, inscritas de uma vez por todas em uma espécie de essência biológica ou cultural" (BOURDIEU, 1998, p.4).

O pensamento substancialista reflete uma percepção de realidade social do senso comum, uma percepção que, aliás, está embutida na própria linguagem que usamos, que "expressa as coisas mais facilmente do que as relações, os estados mais facilmente do que os processos" (BOURDIEU, 1994, p. 189; BOURDIEU, 1998, p. 3-4). Portanto, "é mais fácil tratar os fatos sociais como coisas ou como pessoas do que tratá-los como relações" (BOURDIEU 1994, p. 189-190). A alternativa metodológica que Bourdieu defende e que ele identifica como fundamental para todo o pensamento científico é o Relacionalismo. Este é um modo de pensar que identifica o real, não com substâncias, mas com relacionamentos - "a substância da realidade social está nas relações" (WACQUANT, 1992, p. 15-19).

Vários pesquisadores têm sugerido que "geração" é um conceito particularmente útil para os sociólogos da infância (por exemplo, QVORTRUP, 1987; ALANEN, 1994, 2001, 2009; MAYALL; ZEIHNER, 2003; HENGST; ZEIHNER, 2005; WYNESS, 2006). É um termo multi-semântico, bem estabelecido na pesquisa social como também no discurso cotidiano e utilizado por cientistas sociais em inúmeros contextos teóricos e empíricos e para diferentes fins, de modo que existem várias tradições de estudo geracionais (ver MAYALL; ZEIHNER, 2003). Importante para a presente discussão, o conceito de geração se abre para uma (re)conceitualização relacional.

A proposta de compreender a geração relacionalmente e não como uma propriedade, ou "substância", ligada aos agentes, convida-nos a entrever distintos contextos, social e historicamente construídos, ou "sistemas" de relações entre grupos ou categorias de pessoas – relações que podemos reconhecer como especificamente geracionais. As relações entre as categorias geracionais de "crianças" e "adultos", ou "pais" e "filhos", ou "professores" e "alunos", representam ótimos exemplos de tais relações que são relacionais, ou internamente relacionadas, no sentido de que uma categoria (como "crianças") não pode existir sem a outra, e o significado socialmente construído de uma categoria depende do sentido da outra categoria.

Na próxima seção a abordagem teórica de Bourdieu a respeito do *campo* é introduzida; o artigo passa então a especificar como este pensamento teórico pode ser aplicado no caso de encontros intergeracionais. O domínio particular dos encontros criança-adulto que será focado é a família – um contexto central na vida cotidiana das crianças. A análise de Bourdieu vai ajudar a conceituar a família como um local central (e não obstante, o único) na

reprodução das relações sociais que constituem a infância moderna.

Uma sociologia do campo

Em vez de afirmar que a prioridade ontológica encontra-se com a estrutura ou com os atores, com o coletivo ou com o individual, a sociologia de Bourdieu afirma a primazia das relações sociais (WACQUANT, 1992, p. 15). Pensar relacionalmente significa, como apresentado acima, afastar-se do pensamento "substancialista" que começa a partir de entidades categóricas socialmente pré-definidas (como "crianças" x "adultos"); em contraste, o pensamento relacional centra-se sobre as relações e os sistemas de relações que geram e naturalizam as categorias sociais observáveis (como por exemplo, as "crianças").

O Relacionalismo tem uma longa tradição na sociologia e remonta a Durkheim e Marx⁶ – não foi invenção de Bourdieu. Bourdieu, no entanto, trabalhou incansavelmente a fim de estabelecer uma ciência social completamente relacional, que é bem evidenciada pelo fato de seus conceitos-chave (como campo e habitus) designarem conjuntos de relações (WACQUANT, 1992, p. 16). Campo é, como expresso na citação seguinte, o foco

A noção de campo nos lembra que o verdadeiro objeto da ciência social não é o indivíduo, mesmo que não se possa construir um campo se não por meio de indivíduos, [...]. É o campo que é primário e deve ser o foco das operações de pesquisa. Isto não implica que os indivíduos sejam meras "ilusões", que eles não existam: eles existem como agentes - e não como indivíduos biológicos, atores ou sujeitos - que são socialmente constituídos como ativos e que atuam no campo em questão pelo fato de possuírem as propriedades necessárias para serem eficazes, para produzir efeitos neste campo. E é o conhecimento do campo em que eles evoluem que nos permite melhor compreender as raízes de sua singularidade, o seu ponto de vista ou a posição (em um campo) a partir da qual a sua visão particular do mundo (e do próprio campo) é construída (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 107).

Então o que é um campo?

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede, ou uma configuração de relações objetivas entre posições. [...] Nas sociedades altamente

diferenciadas, o cosmo social é constituído por um certo número destes microcosmos sociais relativamente autônomos, isto é, espaços de relações objetivas que são o local de uma lógica e uma necessidade específicos e irredutíveis àqueles que regulam outros campos. Por exemplo, o campo artístico, o campo religioso ou o campo econômico, todos seguem lógicas específicas: enquanto o campo artístico constituiu-se pela rejeição ou pela inversão da lei do lucro material [...], o campo econômico surgiu, historicamente, por meio da criação de um universo no qual, como costumamos dizer "negócios são negócios", e onde as relações encantadas de amizade e amor estão, à princípio, excluídas (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 97-98).

Em seu primeiro trabalho empírico – em que ele também desenvolveu sua teoria da prática –, Bourdieu deu ao campo um lugar menor. Mais tarde, campo vem cada vez mais substituindo o conceito polissemântico de estrutura que ele usou em textos anteriores (REED-DANAHAY, 2004, p. 133) e, posteriormente, campo ganha um lugar cada vez mais central no sistema teórico de Bourdieu. Ele continuou a aperfeiçoar suas ferramentas conceituais ao longo de toda a sua carreira em estudos empíricos e o peso analítico do campo aumenta conforme Bourdieu se dirige para a análise da sociedade contemporânea francesa e sua estrutura no campo e como um campo (SWARTZ, 1997, p. 117).

Nos anos 1970 e 1980, o foco principal do trabalho de Bourdieu foi cultura, classe e educação. Nestes estudos (por exemplo, "La Distinction", 1979, e "Homo Academicus", 1984) campo significava o espaço social em que Bourdieu (com a ajuda do método de análise de correspondência) localizava os atores do domínio social em questão de acordo com o volume do capital econômico e cultural que eles possuíam. Em um ensaio sobre o campo intelectual (1966), ele já tinha desenvolvido algumas das ideias principais de sua ainda não publicada teoria dos campos (LANE, 2000, p. 72-73), dando ao conceito o significado analítico que conservou em sua posterior e distinta teoria relacional.

A teoria dos campos de Bourdieu pode ser considerada como a sua teoria da sociedade. Enquanto em sociedades "arcaicas" (tal como Kabyle, na Argélia, que ele estudou em 1960), existe apenas um campo, nas modernas sociedades diferenciadas seu número cresce: os campos existem paralelos uns aos outros, eles se cruzam, e pode haver subcampos dentro de campos maiores. Na conceituação de Bourdieu, as sociedades modernas são compostas de vários domínios de atuação – campos – que são distintos uns dos outros. Um campo é uma formação relacional histórica: "uma rede, ou

configuração, de relações objetivas entre as posições" (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 125), um sistema de posições, um "espaço" social estruturado por posições. Assim, a ação (prática) em um campo é compreendida e explicada apenas localizando os agentes – indivíduos e instituições – em seus campos sociais atuais, na estrutura de relações que diferencia (e conecta) os atores, e no "jogo" que ocorre entre os atores – sendo o "jogo", as lutas pelo controle dos recursos (capitais) que são valorizados e mantidos como legítimos no campo. Cada campo tem suas próprias regras, ou lógica e, portanto, o jogo e as regras de um campo são diferentes do jogo e das regras de outros campos. O que os campos têm em comum é a sua estrutura (homóloga): todos os campos são estruturados por relações de dominação. Isto também se aplica para a família que pode ser descrita em termos de análise do campo. Os campos são formações dinâmicas: eles têm o seu nascimento (Gênese) e desenvolvimento histórico, e o "jogo" jogado em um campo pode permanecer mesmo após o campo desaparecer. As relações de influência entre os campos também variam, portanto, os campos variam ainda em seu grau de autonomia.

Provavelmente a análise de campo de Bourdieu mais conhecida diz respeito ao campo da produção cultural (a produção de artes e literatura) na França. Bourdieu (1993) explicou como esta área se esforçou para obter uma posição autônoma em relação às forças "heterônomas" da economia, da política e do Estado. A análise centrou-se particularmente sobre as lutas dos pintores e escritores do século XIX (Manet, Flaubert, Baudelaire) para a liberdade da dominação estrutural, primeiro em relação ao tribunal e à igreja, em seguida, em relação aos salões de beleza e, finalmente, em relação à Academia da França: uma vez que a luta por autonomia foi vitoriosa para o campo da produção cultural, o espaço foi assegurado para o jogo próprio dos artistas.

O desenvolvimento desse campo aconteceu em três etapas: a primeira, que nasceu separando-se da dominação de outros campos já existentes. A passagem de um estado de heteronomia para o de autonomia marcou a chegada da segunda etapa, em que a vanguarda garantiu ao campo uma autonomia. No entanto, a realização da autonomia foi simultaneamente também o início de uma diferenciação interna, na medida em que as lutas dentro do campo foram reorganizadas pelos atores, que no novo estado de autonomia desenvolveram novas lógicas (estratégias) de ação. A terceira etapa no desenvolvimento de um campo, portanto, é marcada pela diminuição da autonomia. No exemplo de Bourdieu da produção cultural francesa do século XIX, o campo da economia estava expandindo sua influência na produção cultural. O mercado de objetos de arte nasceu contando com uma nova lógica, e o campo voltou a um estado de heteronomia, embora de um tipo qualitativamente diferente do estágio de heteronomia anterior.

Muitos dos campos que o próprio Bourdieu estudou são espaços

culturais, como arte, literatura, religião, justiça, educação, universidade e jornalismo. Todos eles são domínios sociais bem institucionalizados, com um grau de autonomia bem amplo –, ainda que constantemente haja necessidade de lutar para manter esta autonomia. A maioria das pesquisas sobre os campos feitas por outros estudiosos também enfocou arenas bem estabelecidas, institucionalizadas e "públicas" tais como os meios de comunicação, o ensino superior, a política econômica, o mundo da pesquisa acadêmica ou os serviços de bem-estar público⁸. Quanta institucionalização é necessária para a arena para funcionar como um campo? Muito menos atenção tem sido focada em domínios "privados", tais como a casa ou a família⁹, ou em relações voluntárias ou informalmente organizadas (as relações entre pares, a amizade): eles também funcionam como campos?

A segunda questão diz respeito a quem ou o que se qualifica como um agente em um campo específico. Agentes existem "não como indivíduos biológicos, atores ou sujeitos, mas como agentes que são socialmente constituídos como ativos e atuando no campo em questão pelo fato de que eles possuem as propriedades necessárias para serem eficazes, para produzir efeitos neste campo" (BOURDIEU; WACQUAN, 1992, p. 107).

Esta qualificação não vai esgotar toda a gama de "atores" que os sociólogos (incluindo sociólogos da infância) comumente pensam e tratam como atores sociais. Bernard Lahire (2001, p. 32-37) segue Bourdieu em sua afirmação de que a existência de um campo pressupõe ilusão, ou seja, que existe um número suficiente de participantes que realmente investem nas lutas ("jogos") do campo e mantém o jogo – estes são "agentes" no sentido bourdieusiano. Lahire (2001), no entanto, diz que, além de tais "profissionais" estrategicamente atuantes, seria sociologicamente plausível incluir até mesmo outros participantes no campo, talvez como "amadores" ou "consumidores" que não estão ativamente envolvidos nas lutas simbólicas do campo. Em conclusão Lahire sugere que nem todas as arenas sociais da ação e seus atores em que os sociólogos poderiam estar interessados são campos bourdieusianos, ou seja: nem todo ator é um agente, mesmo quando participam nas interações diárias que produzem a vida cotidiana das sociedades concretas; agentes contribuem para a reprodução social e transformação e são esses processos que são a preocupação central da teoria de Bourdieu de campo, e deste deriva seu foco em agentes estratégicos.

Construindo o campo como um objeto de estudos

"No trabalho empírico, é a mesma coisa determinar o que o campo é, onde se encontram seus limites, etc., e determinar quais espécies de capital são ativas, dentro de que limites, e assim por diante." (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 98-99).

A natureza sistêmica da teoria de Bourdieu implica que todos os

conceitos do seu universo teórico relacional têm um papel a desempenhar no re-conhecimento/re-construção do campo.¹⁰ Mas como e por onde começar o estudo de um campo? Por onde começar, especialmente quando o objeto de preocupação é o mundo cotidiano de pessoas comuns – crianças e adultos – em vez daqueles grandes mundos institucionalizados de ação, como governo, universidades, igreja ou o mundo da mídia?

Os aspectos institucionais na ação de indivíduos e grupos são questões importantes para se concentrar, mas um campo não é idêntico a uma instituição (SWARTZ, 1997, p. 120-121): um campo pode de facto, se localizar dentro de uma instituição ou pode se estender a duas (ou mais) instituições; a instituição também pode ser uma das posições em um campo. Além disso, um campo pode emergir de práticas ainda não fortemente institucionalizadas. A característica mais marcante de diferenciação de um campo e de uma instituição é que o conceito de campo sublinha o conflito (SWARTZ, 1997) – uma diferença clara da compreensão (funcionalista) de uma instituição que pressupõe o consenso.

O próprio Bourdieu identifica três momentos internamente conectados em uma análise de campo (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 104). Em primeiro lugar, deve-se analisar a posição do campo em relação ao campo de poder¹¹, depois, a estrutura objetiva das posições ocupadas pelos atores ou instituições que competem pela forma legítima do capital específico para o campo. Finalmente, o habitus dos atores precisam ser estudados¹². No entanto, como o conceito de campo não oferece respostas prontas, os campos precisam ser construídos caso a caso (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 139).

Família como um campo de encontros geracionais

A importância da família na teorização de Bourdieu e em seus estudos (especialmente BOURDIEU; PASSERON, 1977; BOURDIEU, 1984) deriva de seu interesse em compreender os mecanismos sociais pelos quais as desigualdades sociais se reproduzem. Nas sociedades modernas, a família, por meio da educação, é um mecanismo reprodutivo central. Família aparece, portanto, na teorização de Bourdieu, em vários contextos: ela aparece como um campo e também um componente do habitus. A família pode fornecer aos membros de um grupo familiar recursos – capital social – que podem se converter em outras formas de capital em suas trocas em outros campos e, assim, funcionar de forma eficaz nestes domínios; e a família pode ser entendida ainda como uma forma de prática. Obviamente, os significados de família no discurso cotidiano ou os significados atribuídos à família na sociologia convencional (não-relacional) – uma unidade doméstica, uma instituição, uma comunidade moral etc. – dificilmente irão corresponder a qualquer desses sentidos de família. A seguir, apresenta-se apenas um esboço de família como um campo.

Sociólogos sem dificuldades irão reconhecer e analisar qualquer família, ou grande grupo de parentes, como um "campo" de interações que ocorrem entre os membros da família. Bourdieu afirma que a família é mais do que interações, na medida em que a família de fato:

Tende a funcionar como um campo, com as suas características físicas, econômicas e acima de tudo, com suas relações de força simbólica (ligadas, por exemplo, ao volume e estrutura do capital possuído por cada membro), e os seus esforços para manter e transformar estas relações de poder (BOURDIEU, 1998, p. 68-69; 1996, p. 22; 1997, p. 166-167; BOURDIEU; PASSERON, 1977, p. 18).

Perceber a família como um corpo dentro do qual os membros lutam ou competem uns com os outros vai totalmente contra o pensamento contemporâneo e convencional. Büchner e Brake (2006, p. 25-26) notam – de acordo com Bourdieu – que nós tendemos a ser fixados a uma imagem (idealizada) de família em que a proximidade emocional e as relações de confiança têm um lugar central, e a finalidade intrínseca da família é criar um contrapeso emocional para as duras competições e obrigações a serem realizadas fora da família. A ideia da sociedade dividida em uma esfera "pública" e outra "privada" e da família como o centro desta última tem sido afirmada por inúmeros sociólogos (pelo menos desde Talcott Parsons). Esta *visão* da família como um domínio separado do domínio público da economia e do Estado e seguindo uma lógica diferente, é reforçada pela "divisão" da sociedade em famílias (BOURDIEU, 1998, p. 66).

A família em sua representação moderna é "apenas uma palavra, uma simples construção verbal" ou uma "família de papel" (BOURDIEU, 1998, p. 65). No entanto, ela é uma "ficção bem fundamentada", uma "palavra ativa" na medida em que é um princípio coletivo de percepção, construção e categorização da realidade coletiva (BOURDIEU, 1998, p. 66; LENOIR 1992, 2008). Em uma sociedade dividida em grupos familiares, a família não é apenas uma ideia subjetiva (uma categoria), é também uma categoria social objetiva que, aliás, é à base da família como uma categoria social subjetiva; uma categoria mental que é "a matriz de representações incontáveis e ações (como casamentos) que ajudam a reproduzir a categoria social objetiva. O círculo é o da reprodução da ordem social" (BOURDIEU, 1998, p. 67):

O jogo quase perfeito que é, então, definido entre as categorias subjetivas e objetivas fornece a base para uma experiência do mundo como se fosse auto-evidente, dado como certo, e nada parece mais natural do que a família; essa construção social arbitrária parece

pertencer à esfera da natureza, do natural e do universal (BOURDIEU, 1998, p. 67).

O círculo de reprodução leva-nos a considerar (falsamente) a família como algo natural, apresentando-se com a auto-evidência do que "sempre foi assim", embora - como a pesquisa histórica sobre a família tem mostrado - esta seja uma invenção social relativamente recente (BOURDIEU, 1998, p. 64). A congruência imediata entre as estruturas mentais e subjetivas e as estruturas objetivas da família é historicamente construída e a família é, portanto, "o produto de incontáveis atos de institucionalização".¹⁴

A perpetuação da família, no entanto, não depende apenas do trabalho institucional constante dos agentes históricos no campo familiar, como a Igreja, o Estado e o sistema educacional. O trabalho prático e simbólico constante a fim de construir e reconstruir a família é necessário, assim como a criação contínua do sentimento de família, ou seja, a base afetiva para a adesão, que é vital para a existência do grupo familiar e de seus interesses. Uma sociedade dividida em famílias tende a constituir em seus membros, um *habitus* (estrutura mental) com tais elementos (BOURDIEU, 1998, p. 66; ver também BOURDIEU, 2001).

A família, então, é um campo (estruturado); suas práticas não podem ser contabilizadas sem considerar a estrutura das relações de poder entre os agentes no campo (por exemplo, os membros de um grupo familiar) – uma estrutura que, no entanto, está sempre em jogo nas lutas dentro do campo da família (BOURDIEU, 1998, p. 70). O campo familiar (ou doméstico) deve ser, portanto, considerado como uma rede estruturada de posições objetivas, com diferentes tipos e quantidades de capital associados às diferentes posições.

Há ainda algumas análises empíricas sobre as posições e as relações familiares ou estudos sobre as espécies específicas de capital para o campo da família. Alguns pontos de partida podem, contudo, ser encontrados nos estudos de Bourdieu sobre o poder do gênero (BOURDIEU; WACQUANT 1992, p. 170-174; BOURDIEU, 2001) e sobre as relações intergeracionais (por exemplo, BOURDIEU, 1977, p. 164-165; 1984, p. 468). A discussão sobre as relações instáveis entre as "forças de fissão" que trabalham para a divisão do grupo familiar e as "forças da fusão" que unem o grupo (BOURDIEU, 1998, p. 70) pode ser encontrada – embora não em termos de Bourdieu – na pesquisa de gênero e em seus estudos sobre o sistema institucionalizado regulando as relações entre os sexos. Baseado em seu estudo sobre a história da moralidade familiar, Lenoir (2003) escreve sobre a "doxa gênero", material e culturalmente instituída, que os movimentos sociais para a igualdade de gênero conseguiram romper apenas um pouco. Em contraste, a doxa cultural sobre as relações entre crianças e adultos (e outras categorias geracionais) foi a que permaneceu, sobretudo, incontestada. Por exemplo, as obrigações econômicas e os direitos culturais instituídos na paternidade pela doxa família existente e a ordem

geracional continuam, apesar de algum movimento cultural no âmbito dos direitos das crianças.

Notas

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Jyväskylä, Finlândia. Professora titular do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Jyväskylä. Pesquisadora e Fellow da Academia Finlandesa de Ciências. Presidente da Rede de Pesquisa Nacional sobre Infância na Finlândia. E-mail: leena.m.alanen@jyu.fi

¹ Texto originalmente publicado em: MARKSTRÖM, A.-M., SIMONSSON, M., SÖDERLIND, I.; ÄNGGÅRD, E. (eds.). **Barn, barndom och föräldraskap**. Stockholm: Carlssons Bokförlag, 2009, p. 307-324. Tradução e resumo: Gabriela Guarnieri de Campos Tebet. Revisão técnica: Andrea Moruzzi.

² Pesquisas de inspiração Bourdieusiana estão florescendo na Alemanha, e algumas dessas pesquisas tem se concentrado também em questões relacionadas à criança, como por exemplo, a pesquisa realizada por Büchner e Brake (2006) sobre a família como lugar de transmissão intergeracional de capital cultural.

³ Por exemplo, Connolly (2000) aplica os conceitos de Bourdieu de capital e de campo em um estudo sobre o racismo e as relações em uma turma de meninas adolescentes, ver também Leonard (2003).

⁴ A presente escolha do "campo" como um ponto de entrada para o mundo sociológico de Bourdieu deriva do contexto em que este artigo foi escrito. É parte do trabalho em curso dentro do projeto de pesquisa interdisciplinar "Resources, life course and locality: Diversity, exchange and (trans)formation of economic, social and cultural resources" (Recursos, curso de vida e localidade: Diversidade, troca e (trans)formação de recursos econômicos, sociais e culturais) (2005-2009, financiado pela Academy of Finland). A pesquisa focaliza os recursos econômicos, culturais e sociais que as pessoas comuns têm disponíveis, e as relações e processos de troca pelo qual as diferenças na distribuição de recursos transformam-se em desigualdades sociais. O estudo abrange cinco grupos etários diferentes, desde crianças a idosos, todos vivendo em uma comunidade. Ao concentrar-se sobre as relações entre crianças e adultos, a minha preocupação específica é a de estudar alguns dos espaços sociais em que as crianças e adultos diariamente se encontram e formam redes de relacionamento. A questão orientadora é: podemos identificar estes espaços de encontro criança-adulto como campos em um sentido bourdieusiano, com todas as implicações que isso tem para as atividades de intercâmbio, de diferenças e divisões entre e entre adultos e crianças?

⁵ "Dizer, por exemplo, que alguém tem uma grande quantidade de poder, ou perguntar quem, hoje, realmente detém o poder, é pensar o poder como uma substância, algo que alguns possuem, conservam, transmitem; é pedir para a ciência determinar 'quem governa' [...] ou quem decide. É perguntar, depois de ter admitido que o poder, como uma substância, está situado em algum lugar, se ele vem de cima, como o senso comum acredita, ou de baixo, a partir dos dominados, através de uma

inversão paradoxal que deixa a doxa intocada" (BOURDIEU, 1994, p. 189).

⁶ Por exemplo, Marx escreveu em *Die Grundrisse* [Elementos fundamentais para a crítica da economia política] (em 1857-1861): "A sociedade não consiste de indivíduos, ela representa a soma de conexões e relacionamentos em que os indivíduos se encontram." (MARX, 1971, p. 77).

⁷ Na primeira explicação sistemática de sua conceituação e metodologia, em *Esquisse d'une Theorie de la pratique* (1972, tradução Inglês: *Outline of a theory of practice*, 1977), campo não foi incluído como um conceito. O termo, no entanto, parece no texto, quando Bourdieu menciona as áreas de relações genealógicas, doxa e opiniões (BOURDIEU, 1977, p. 41, 166, 168). Neste campo de estudos ainda funciona mais como uma metáfora heurística do que como um conceito analítico (LANE, 2000, p. 79). No capítulo final do livro (intitulado "Estruturas, habitus e poder"), no entanto, o campo parece referir-se a um significado diferente e mais desenvolvido quando Bourdieu reúne as noções básicas de sua teoria do poder simbólico. Na sistematização final do livro, campo leva o significado de uma ordem simbólica de classificação (BOURDIEU, 1977, p. 164).

⁸ Ver, por exemplo, Peillon (1998), Grenfell e James (2004), Lingard, Rawolle e Taylor (2004), Benson e Neveu (2005), Rawolle (2005) e Maton (2005).

⁹ Mas ver, por exemplo, Fowler (2003), Haimes (2003), McNay (2000) e Angus et al. (2005).

¹⁰ Bernhard Lahire (2001) compilou cuidadosamente uma lista de um total de 13 características de campos: (1) Cada campo é um micro-mundo em um macro-mundo constituído por todo o espaço social (nacional, global), (2) cada campo tem o seu "jogo" próprio, com regras específicas, (3) um campo é um espaço estruturado por posições; (4) titulares das posições estão envolvidos em uma luta; (5) os objetos de luta são as "estacas" do campo, ou seja, a conquista e/ou definição do capital específico legítimo do campo; (6) capitais são desigualmente distribuídos no campo e, de acordo com a divisão dos agentes do campo entre os grupos dominantes e dominados; (7) A distribuição desigual de capitais define a estrutura do campo; (8) agentes em um campo usam diferentes tipos de estratégias; (9) essas estratégias são orientadas para a conservação ou a transformação da estrutura do campo; (10) todos os agentes em um campo têm interesse em preservar o campo e agem de acordo com este interesse; (11) interesses são específicos para cada campo e não podem ser reduzidos, por exemplo, a interesses econômicos; (12) em cada campo existe um certo *habitus* – um sistema de disposições incorporadas a pensar e agir de determinadas maneiras – que se desenvolveu como resultado da trajetória dos agentes de posições; (13) uma vez que um campo que emergiu tem uma certa autonomia, isto implica que as lutas realizadas em um campo têm sua própria lógica, mas também atua em outros campos (especialmente nos campos da economia e da política) e seus resultados também têm uma influência sobre as relações de poder internas de outros campos e eles assim, podem influenciar o desenvolvimento destes outros campos (LAHIRE, 2001, p. 24-26.)

¹¹ O campo do poder "não está situado no mesmo nível que outros campos (o

literário, econômico, científico, estado burocrático, etc.), uma vez que engloba-os em parte. Deve ser pensado mais como uma espécie de "meta-campo", com um número de propriedades emergentes e específicos" (WACQUANT, 1992, p. 18).

¹² Habitus, juntamente com os conceitos de campo e capital forma a principal tríade conceitual de Bourdieu. Habitus é um sistema durável e transponíveis de esquemas de apreciação, percepção e ação; habitus "centra-se em nossas formas de agir, sentir, pensar e de ser, capta como nós carregamos dentro de nós a história, como nós trazemos esta história para nossas circunstâncias atuais, e como então fazemos escolhas para agir de certas maneiras e não de outras" (MATON, 2008, p. 52). É com a construção do habitus que Bourdieu pretende transcender a série de profundas dicotomias do subjetivismo-objetivismo, estrutura-agência, etc.

¹³ Para uma descrição detalhada das três fases de análise para a construção de um campo como um objeto de estudo, ver Alanen (2007).

¹⁴ Lenoir (1992, 2003) analisou o nascimento e desenvolvimento do pensamento da família ("familialismo") e a institucionalização da família na França. Seu estudo mostra que a gênese do campo família começou na Europa Ocidental em algum momento do século 12 (LENOIR, 1992, p. 32). Sua origem parece ter seguido o mesmo padrão de vários outros campos analisados por Bourdieu e seus colegas, que começam com uma luta pela autonomia que foi mais evidente nas classes dominantes. A Igreja e o Estado eram (e são) campos poderosos que afetaram o desenvolvimento central do campo da família, e continuam a fazê-lo.

Referências

ALANEN, Leena. Gender and generation: Feminism and the "child question". In: QVORTRUP, Jens et al. (eds.). **Childhood matters**. Social theory, practice and politics. Avebury, Aldershot, 1994, p. 27-42.

ALANEN, Leena. Explorations in generational analysis. In: ALANEN, Leena; MAYALL, Berry (eds.). **Conceptualizing child-adult relations**. London: Routledge Falmer, p. 11-22, 2001.

ALANEN, Leena. Lasten ja aikuisten kentät – kenttäanalyysi sukupuolisuhteiden tutkimuksessa. [Fields of children and adults – field analysis in the study of generational relations]. In: ALANEN, Leena; SALMINEN, Veli-Matti; SIISIÄINEN, Martti (eds.). **Sosiaalinen pääoma ja paikalliset kentät**. [Social capital and local fields]. University of Jyväskylä: Institute of Educational Research, 2007, p. 103-123.

ALANEN, Leena. Generational order. In: QVORTRUP, Jens; CORSARO, William Arnold; HONIG, Michael-Sebastian (eds.). **The palgrave handbook of Childhood Studies**. Basingstoke: Palgrave Macmillan (Forthcoming), 2009.

ANGUS, Jan; KONTOS, Pia; DYCK, Isabel; MCKEEVER, Patricia; POLAND, Blake. The personal significance of home: habitus and the experience of receiving long-term home care. **Sociology of Health & Illness**, v. 27, n. 2, p. 161-187, 2005.

BENSON, Rodney; NEVEU, Erik (eds.). **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____. Le capital social. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 31, n. 2, p. 2-3, 1980.

_____. **Distinction**. A social critique of the judgement of taste. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.

_____. The forms of capital. In: RICHARDSON, John (ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1986, p. 241-258.

_____. **The field of cultural production**. Essays on art and literature. Cambridge: Polity, 1993.

_____. **In other words**. Essays towards a reflexive sociology. Stanford, CA: Stanford University Press, 1994.

_____. On the family as a realized category. **Theory, Culture & Society**, v. 13, n. 3, p. 19-26, 1996.

_____. **Pascalian meditations**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1997.

_____. **Practical reason**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1998.

_____. **Masculine domination**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Reproduction in education, society and culture**. London: Sage, 1977.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

BÜCHNER, Pierre; BRAKE, Anna (Hrsg.). **Bildungsort Familie**. Transmission von Bildung und Kultur im Alltag von Mehrgenerationenfamilien. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2006.

CONNOLLY, Paul. Racism and young girls' peer-groups relations: The experiences of South Asian Girls. **Sociology**, v. 34, n. 3, p. 499-519, 2000.

FOWLER, Bridget. Reading Pierre Bourdieu's Masculine domination: notes towards an intersectional analysis of gender, culture and class. **Cultural Studies**, v. 17, n. 3/4, p. 468-494, 2003.

GRENFELL, Michael. Introduction. In: GRENFELL, Michael (ed.). **Pierre Bourdieu: Key concepts**. Stocksfield: Acumen, 2008, p. 1-10.

GRENFELL, Michael; JAMES, David. Change in the field – changing the field: Bourdieu and the methodological practice of educational research. **British Journal of Sociology of Education**, v. 25, n. 4, p. 507-523, 2004.

HAIMES, Erica. Embodied spaces, social places and Bourdieu: Locating and dislocating the child in family relationships. **Body & Society**, v. 9, n. 1, p. 11-33, 2003.

HENGST, Heinz; ZEIHNER, Helga. Von Kinderwissenschaften zu generationalen Analysen. Einleitung. In: HENGST, Heinz; ZEIHNER, Helga (Hrsg.). **Kindheit soziologisch**. Wiesbaden: Verlag für Wissenschaften, 2005, p. 9-23.

LAHIRE, Bernard. **Champ, hors-champ, contrechamp**. Le travail sociologique de Pierre Bourdieu. Dettes et critiques. Paris: La Découverte/Poche, 2001, p. 23-57.

LANE, Jeremy F. **Pierre Bourdieu**. A critical introduction. London & Sterling (VA): Pluto Press, 2000.

LENOIR, Rémi. L'État et la construction de la famille. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 91/92, p. 20-37, 1992.

_____. **Généalogie de la morale familiale**. Paris: Seuil, 2003.

_____. The family as a social institution: struggles over legitimate representations of reality. In: HOUTSONEN, Jarmo; ANTIKAINEN, Ari (eds.). **Symbolic power in cultural contexts**. Rotterdam: Sense Publishers, 2008, p. 31-42.

LEONARD, Madeleine. Children, childhood and social capital: Exploring the links. **Sociology**, v. 39, n. 4, p. 605-622, 2003.

LINGARD, Bob; RAWOLLE, Shaun; TAYLOR, Sandra. Globalizing policy sociology in education: working with Bourdieu. **Journal of Education Policy**, v. 20, n. 6, p. 759-777, 2004.

MARX, Karl. **Die Grundrisse**. (Ed. by David McLelland). New York: Harper & Row, 1971.

MATON, Karl. Question of autonomy: Bourdieu's field approach and higher education policy. **Journal of Education Policy**, v. 20, n. 6, p. 687-704, 2005.

_____. Habitus. In: GRENFELL, Michael (ed.). **Pierre Bourdieu: Key concepts**. Stocksfield: Acumen, 2008, p. 49-65.

MAYALL, Berry; ZEIHNER, Helga (ed.). **Childhood in generational perspective**. London: Institute of Education, 2003.

MCNAY, Lois. **Gender and agency**. Cambridge: Polity Press, 2000.

MORROW, Virginia. Conceptualising social capital in relation to the well-being of children and young people: a critical review. **The Sociological Review**, v. 47, n. 4, p. 744-765, 1999.

_____. Young people's explanations and experiences of social exclusion: retrieving Bourdieu's concept of social capital. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 21, n. 4-6, p. 37-63, 2001.

MORROW, Virginia. Conceptualizing social capital in relation to children and young people. In: O'NEILL, Brenda; GIDENGIL, Elisabeth (eds.). **Gender and social capital**. New York and London: Routledge, 2001, p. 127-150.

PEILLON, Michel. Bourdieu's field and the sociology of welfare. **Journal of Social Policy**, v. 27, n. 2, p. 213-229, 1998.

QVORTRUP, Jens. The Sociology of Childhood. Introduction. **International Journal of Sociology**, v. 17, n. 3, p. 3-37, 1987.

RAWOLLE, Shaun. Cross-field effects and temporary social fields: a case study of the mediatization of recent Australian knowledge economy policies. **Journal of Education Policy**, v. 20, n. 6, p. 705-724, 2005.

REED-DANAHAY, Deborah. **Locating Bourdieu**. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

SWARTZ, David. **Culture & power**. The sociology of Pierre Bourdieu. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

SWARTZ, David. Bringing Bourdieu's master concepts into organizational analysis. **Theory and Society**, v. 37, n. 1, p. 45-52, 2008.

WACQUANT, Loic. Toward a social praxeology: The structure and logic of Bourdieu's sociology. In: BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992, p. 7-59.

WYNESS, Michael. **Childhood and society**. An introduction to the sociology of childhood. Houndsmill, Basigstoke: Palgrave Macmillan, 2006.

Recebido em: junho de 2014.
Aprovado em: agosto de 2014.